

A PAZ É POSSÍVEL?

Por Jamieson Rodrigues Simões

Pesquisador do Laboratório de Conflitualidade e Violência / COVIO / UECE. Assessor do Comitê pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, consultor do UNICEF. Participou da coordenação colegiada do Fórum DCA e do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes. Trabalhou nas instituições Visão Mundial, Diaconia, Terre Des Hommes, foi diretor do Centro Socieducativo São Francisco recebendo a indicação de “Promotor da Paz” pela Global Unites pela mediação de conflitos em territórios vulneráveis de Fortaleza. Formado em Teologia, cursou Gestão Pública e Odontologia na UFC.

“Dizem na minha terra que a guerra nasce na alma e depois nas mãos”. Esse era um trecho de uma canção religiosa que escutava no início da minha adolescência e que me fazia refletir na minha condição de menino preto e pobre, morador da periferia mais violenta da cidade de Fortaleza/CE. O Brasil ultrapassou o recorde de 62,5 mil pessoas assassinadas em 2016, segundo o Ministério da Saúde, divulgados no Atlas da Violência 2018. Observando as memórias da minha adolescência e juventude e comparando com o momento atual, me pergunto: É possível uma Paz?

Para responder esta pergunta é necessário revisitar as crenças fundantes da nossa sociedade. Visitar o sagrado em nós e no outro. Aquilo que aspiramos enquanto comunidade, casa comum. Aqui, já há um vislumbre de como e em qual chão essa paz brotará. Não é possível esperar a paz semeando diferenças desigualdades e iniquidades entre homens e mulheres, negros e brancos, héteros e comunidade LGBTI.



O modo como nos relacionamos (perspectiva pessoal) e o modo estrutural (perspectiva social/coletiva) como nos apresentamos, enquanto sociedade, está ativado para o modo combate, nos encontramos no confronto, onde o conflito é oportunidade de aniquilamento daqueles que não-são e pertencem ao não-lugar. Ou seja, na lógica do confronto e da guerra, os conflitos são a “deixa” para eliminar aqueles que são os inconvenientes,

peças e sistemas que podem ter sua existência suprimida, visto que o lugar/território em que estão, são lugares não importantes para quem detém o dedo no gatilho, ou a caneta nas mãos. É o tempo da des-razão, ou, como diria Achille Mbembe, apresentando a Necropolítica “O político, sob a máscara da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, opta pela aniquilação do inimigo como objetivo prioritário e absoluto. A guerra, portanto, não constitui apenas um meio para obter a soberania, mas também um modo de exercer o direito de matar.” (Políticas da Inimizade, Pg. 107. 1ª Edição. Julho 2017).

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO

Lídia Rodrigues

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Cecília Góis

ASSESSORES DE

CONTEÚDO

Paula Tárzia

Rodrigo Corrêa

Rosana França

DIAGRAMAÇÃO

Tatiana Araújo

Todo esse emaranhado legislativo de cerceamento ou regulação da vida das pessoas mais vulneráveis é apresentado como solução (quase final) para os conflitos, como se só houvesse transgressão do lado de cá da ponte. Regulam a ida e a vinda, regulam a concepção, restringem acessos aos direitos, docilizam os corpos, disciplinam os olhares, tudo em nome da paz. Mas essa paz é branca, essa paz garante a vida de poucos, mas consome a vida de muitos. É a paz da ponta do fuzil, é a paz que quer subir os morros, invadir territórios de pobre, com pobres fardados ou não, matando ou encarcerando outros pobres corpos. Parece não haver portas de saída. Estamos numa sala hermeticamente fechada com as costas contra a parede. A busca por essa paz para alguns nos trouxe aqui.

Como então caminhar pessoal e coletivamente para um outro paradigma que nos aflore valores de humanidade e pertencimento tão fortes, a ponto de nos fazer trilhar outro caminho? Será possível que após tanto aprender sobre guerras e aprisionamentos, torturas e narrativas de ódio e medo, cantaremos uma canção com outros nomes? Uma canção entoada que dizendo um nome abranja todos os nomes, como um hino de alteridade? Faremos agora uma transição, rastreando os signos de transformação que nos apontam para uma resolução não violenta dos conflitos, experiências coletivas que buscam a paz das rodas de conversa, a paz das cadeiras nas calçadas, a paz produzida e tecida nos sarais de poesias marginais, a paz alegre do tambor dos terreiros e da súplica sincera das mulheres dos “círculos de oração” das igrejas evangélicas – a paz na outra margem.

A paz do lado de cá tem pouco de romance, não se parece com o céu, onde as pessoas nada fazem e os anjos (todos brancos) tocam seus instrumentos. Do lado de cá, a paz é uma busca constante por garantia de direitos que assegurem a vida e um



mínimo de bem-estar. Tem barulho de mãe pedindo vaga na escola para os filhos, é colorida como as bandeiras dos movimentos pela diversidade sexual, é valente como uma mãe que defende o filho da truculência da polícia.

A paz do lado de cá é construída na compreensão de que todas as pessoas são sujeitos de direito, a dona de casa comum não saber decifrar isso no conceito acadêmico, mas sabe pela própria experiência de vida que o outro é importante e, se for tolhido o seu direito, a próxima tosa pode ser o direito dela mesma ou de alguém próximo, é por isso que o sistema quer e propõe metodologias de distanciamento e alienação. Quando as mães se juntam, a mudança toma corpo e rumo. Ainda que sejam frágeis os fios dessa tessitura, eles são reais, a cada chacina, nasce um grupo de mulheres organizado e combativo, para exigir justiça responsabilização e proteção à memória de seus filhos e à vida dos filhos das outras, isso em todo o país, em cada periferia, elas estão lá, transformando o luto em luta e arrancando justiça de um sistema corroído pela vingança, lentidão e injustiça.

A paz do lado de cá é construída por pessoas que acreditam no protagonismo das crianças. Há um ditado africano que diz: É preciso de uma aldeia inteira pra cuidar de uma criança. Assim estudam o orçamento público, aprimoram metodologias de

aprendizagem e participação, criam processos de proteção contra violência à infância e adolescência, exigem o cumprimento da legislação de educação, saúde e assistência, incidindo diretamente nos índices de bem estar desse segmento da população brasileira.

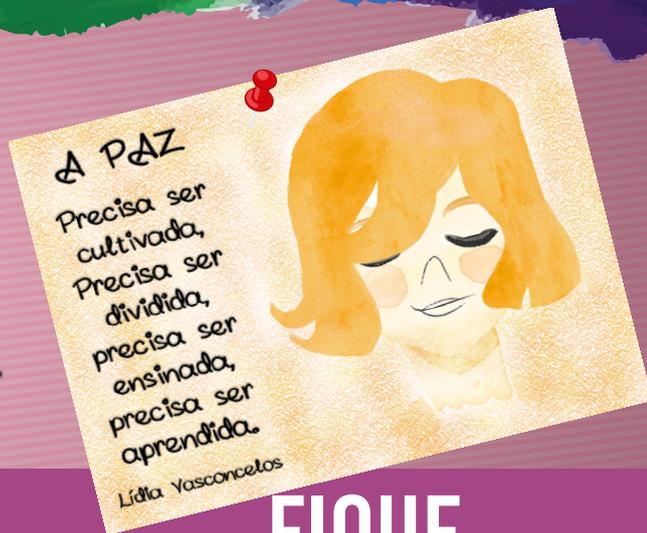
A paz do lado de cá é construída com a canalização criativa do ódio e da revolta de uma juventude que conheceu muito cedo a palavra, LUTO. Que viu a porta aberta para ingresso no crime, mas não entrou. Segurou a vida como quem segura uma pedra na mão,

e lançou, não a pedra, mas a vida, em versos e prosas, invadiu os coletivos lotados, ônibus, vans e metrô. Rimando acordes e versos, equilibrando a vida entre a lei e a margem, absorvendo a pressão pelo trabalho formal que não têm, e cultivando a vocação de atiradoras de versos. A poesia pausa, pesa, pisa, pausa e pulsa em cada um de nós – Vocifera, Jardson Remido/Poeta marginal. É reinventando a própria existência e acreditando que a literatura te livra do tiro da viatura (JR) que os becos, vielas e pracinhas se encham de novos sons e não são balas perdidas, são versos potentes cortando o ar em direção ao infinito.

Acreditar na humanidade, acreditar em respostas não violentas para os conflitos, acreditar que é possível mediar as relações conflituosas nos territórios, inclusive está apontada como estratégia de prevenção aos homicídios de adolescentes do Comitê Cearense pela Prevenção aos Homicídios na Adolescência/Relatório cada Vida Importa. Acreditar na vida. Acreditar na poesia. Acreditar em portas de saída do crime para quem por ela entro. Acredito pessoalmente nesse milagre. Milagres acontecem mas a gente dá um duro danado pra que isso aconteça. A paz é possível, sim. A paz é possível como fruto e semente da justiça e do direito.

MURALIDADE

JUNTOS POR UNA
CULTURA DE PAZ



FIQUE
por dentro

DIA NACIONAL DA VISIBILIDADE TRANS

No Dia Nacional da Visibilidade Trans, 29 de janeiro, foi lançada a campanha da ONU Livres & Iguais lançou um vídeo e um guia de acesso aos direitos e aos serviços para a população trans. Os materiais reforçam a importância de leis, políticas públicas, programas e outras iniciativas governamentais que promovam a inclusão social da população trans, incluindo homens trans, mulheres trans, travestis e pessoas não-binárias. O vídeo “O que é inclusão?” explora os desafios enfrentados por essa população para estudar, ingressar no mercado de trabalho e manter um emprego, acessar cuidados de saúde básica, incluindo a saúde mental, e ter a identidade de gênero plenamente respeitada. A cartilha “Páginas Trans” é um guia de acesso a direitos e serviços para a população trans. O material explora temas como acesso à justiça, saúde, trabalho, educação, cultura e redes de apoio para pessoas trans, trazendo normativas nacionais sobre cada tema, jurisprudência, links, endereços e contatos de serviços de referência para a população trans. No mês em que se comemora o Dia da Visibilidade Trans em todo o Brasil, a Campanha Ana convida todxs a se unirem pela promoção da igualdade da população trans.

Fonte: www.nacoesunidas.org



DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS

VISIBILIDADE: caráter, condição, atributo do que é ou pode ser visível, ser percebido pelo sentido da vista.

TRANSGÊNERO: é o indivíduo que se identifica com um gênero diferente daquele que corresponde ao seu sexo atribuído no momento do nascimento. A transgeneridade NÃO É uma doença ou distúrbio psicológico.

CRISE HUMANITÁRIA

Em crises humanitárias, as mulheres e meninas estão frequentemente entre as populações mais afetadas. Pobreza, separação da família, dificuldades no acesso a serviços básicos e exposição a maiores riscos de violência são algumas das dificuldades enfrentadas. Para reduzir as vulnerabilidades e oferecer alternativas a mulheres e meninas venezuelanas que chegam ao Brasil, a ONU Mulheres, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) iniciam em 2019 uma ação conjunta, financiada pela Embaixada de Luxemburgo. O objetivo do Programa Conjunto Liderança, Empoderamento, Proteção e Acesso é incorporar a perspectiva de gênero na resposta humanitária em Roraima para proteger e empoderar meninas e mulheres migrantes, refugiadas e solicitantes de asilo. A iniciativa também prevê o fortalecimento das redes de proteção e suporte, além da promoção do empoderamento econômico e da liderança feminina. Para alcançar os objetivos do programa, as agências trabalharão em três frentes: criação de espaços seguros, geração de oportunidades de integração socioeconômicas e promoção de mecanismos que incorporem a equidade de gênero na resposta humanitária. O projeto tem duração de dois anos.

Fonte: www.nacoesunidas.org

Olá pessoal!

Vocês sabiam que no mês de janeiro temos uma data muito importante, que é 29 de janeiro que é o dia nacional pela visibilidade trans?!!!

*#direitosiguaisparatodxs
#visibilidadetrans*





Polyanna Magalhães é apaixonada por Educação! Fez graduação em Educação Física e depois mestrado em Educação. Começou sua atuação profissional fundando, junto com mais 20 professores e profissionais da educação, uma cooperativa chamada Projeto Nossa Escola. Essa cooperativa foi uma escola experimental, com turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, onde inovamos tanto na forma de ensinar, priorizando metodologias ativas, como na gestão, garantindo a participação de todos os cooperados nas decisões da escola. Foi uma experiência incrível e que me fez acreditar na educação como o alicerce para transformação social. Depois seguiu a sua trajetória profissional atuando em organizações não governamentais que defendem e promovem os direitos de crianças e adolescentes. Coordenou vários projetos voltados para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Hoje ela faz parte da Consultoria Enfoque Social, que atua na área de projetos sociais.

Campanha Ana: O que é pra você o direito de brincar e quando brincar se tornou um direito? Existe alguma iniciativa que discute o direito de brincar no Brasil?

Polyanna Magalhães: É brincando que as crianças descobrem e aprendem sobre as coisas do mundo. O brincar passa de geração para geração tornando-se uma oportunidade de resgate dos valores fundamentais do ser humano, sendo uma forma de comunicação, de aprendizagem, de resgate do patrimônio cultura dos diferentes lugares. O direito de brincar está previsto em vários

documentos internacionais e nacionais. Na Convenção dos Direitos das Crianças da ONU (1989) no seu Art. 31, por exemplo, o direito de brincar está estabelecido quando se afirma que a criança tem o direito de participar ativamente da vida cultural, artística, recreativa e de lazer do país. No Brasil a Constituição Federal de 1988 (Art. 227) e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de 1990 (Artigos 4º e 16) também afirmam esse direito. No Art. 16 do ECA o brincar está diretamente relacionado ao direito à liberdade e a participação. A questão é que mesmo sendo um direito previsto nos marcos legais, o direito de brincar muitas vezes não é garantido. A falta de espaço, principalmente nas cidades; a falta de segurança; o escasso contato com a natureza; a sobrecarga de demandas educacionais; ou o uso excessivo da tecnologia acabam limitando as condições e oportunidades das crianças brincarem.

C. Ana: A brincadeira está para criança assim como o mundo do trabalho está para os adultos?

Pol. Mag.: Essa é uma boa comparação. O brincar é tão importante para a criança como o trabalho é para o adulto. Mas, aqui quero chamar a atenção para o fato de que os adultos também brincam e deveriam brincar mais. O que ocorre é uma associação do brincar com a primeira infância, passado esse período é como se o brincar deixasse de fazer parte do cotidiano dos adolescentes, jovens e adultos. Um exemplo claro desse processo é como a escola muda suas metodologias na transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental I. As escolas de Educação Infantil são coloridas, têm música, brinquedos e brincadeiras. No Ensino Fundamental I essas atividades já quase não existem e diminuem ainda mais nas etapas subsequentes. A escola fica séria, sem cor, sem desafios, sem emoção e assim os adolescentes e jovens vão perdendo seu direito de brincar no espaço da escola. Manter o brincar vivo ao longo da vida é uma forma de humanização!

C. Ana: Garantir o direito ao brincar é a chave para desenvolvimento integral de crianças e adolescentes? Porquê?

Pol. Mag.: Para a criança o brincar mobiliza e deixa fluir sua capacidade de criar, conhecer, interpretar, se relacionar com diferentes parceiros exercendo a solidariedade e companheirismo, utilizar o repertório da cultura corporal e do movimento, experimentar cores, formas, ritmos, sons, texturas, elementos da natureza, objetos e

materiais de diferentes culturas, construindo cenários possíveis de perceber a riqueza da diversidade humana e da natureza. Nesse sentido, o Plano Nacional da Primeira Infância afirma com propriedade que o brincar é fundamental ao desenvolvimento integral porque é a principal forma de expressão das crianças e um meio para desenvolver as suas habilidades sociais, além disso as atividades lúdicas são inesgotáveis fontes de aprendizagem e é pelo brincar que se constrói a cultura da infância.

C. Ana: É muito comum ouvirmos as pessoas falarem que brincar com crianças e adolescentes retira a autoridade dos pais e educadores, nos momentos que precisarão de mais seriedade. O que acha desta afirmação?

Pol. Mag.: Na minha opinião, essa é uma afirmação equivocada. Brincando juntos, adultos e crianças podem melhorar sua interação. Essa é uma oportunidade deles se divertirem, intensificar a comunicação, conhecer preferências, descobrir coisas juntos, vivenciar emoções, sentimentos, sensações. Mas, é também um momento que os adultos podem mediar, de uma forma lúdica e prazerosa, processos de aprendizagem das crianças, ajudando-as a avançar em atividades que elas não conseguiriam realizar sozinhas. Crianças que têm adultos em que elas confiem e que estabelecem uma boa interação com eles crescem mais seguras, abertas e confiantes; ampliam seu vocabulário, sua imaginação e criatividade e se tornam cada vez mais capazes de planejar e refletir antes de agir, além de desenvolver mais disciplina. Assim, o brincar é um momento ímpar para estabelecer estes elos positivos de ligação.

C. Ana: O uso das redes sociais e das tecnologias de modo geral também são visto como diversão, brincadeiras... Em que situações essas brincadeiras com aparatos tecnológicos passa a não ser mais uma brincadeira e violam outros direitos da infância?

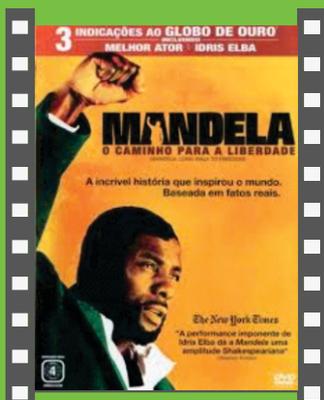
Pol. Mag.: Entendo que as redes sociais e as tecnologias podem ser prejudiciais quando usadas em demasia, substituindo todas as outras possibilidades do brincar. Ao restringir o brincar ao uso da tecnologia limita-se a experiência cultura da criança, compromete seu ritmo de desenvolvimento, e impede o contato das crianças com a natureza e com os seus pares. Tudo isso pode se configurar como violação de direitos.

FILMES



MANDELA O CAMINHO PARA A LIBERDADE

Inspirado na autobiografia de Nelson Mandela, lançada em 1994, o filme retrata

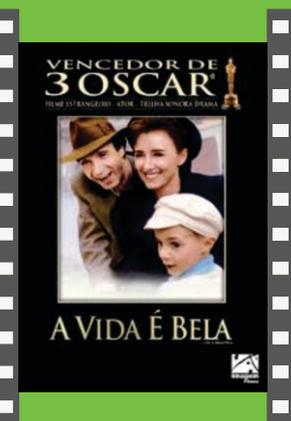


todo o percurso traçado pelo líder sul-africano a partir de seu próprio ponto de vista, desde a sua infância, vivendo em uma pequena aldeia rural, até a eleição democrática ao cargo de Presidente da República da

África do Sul. Em uma luta constante pelo fim do apartheid no país, Mandela (Idris Elba) chegou a passar 27 anos em cárcere pelo que acreditava

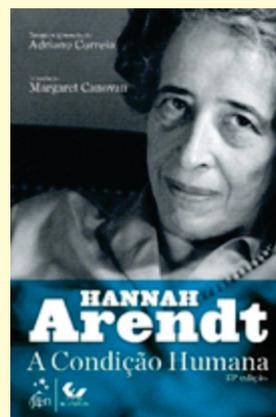
A VIDA É BELA

Durante a Segunda Guerra Mundial na Itália, o judeu Guido (Roberto Benigni) e seu filho Giosué são levados para um campo de concentração nazista. Afastado da mulher, ele tem que usar sua imaginação para fazer o menino acreditar que estão participando de uma grande brincadeira, com o intuito de protegê-lo do terror e da violência que os cercam.



LIVROS

A CONDIÇÃO HUMANA



A Condição Humana é um livro publicado em 1958. Uma de suas principais obras teóricas, é um relato do desenvolvimento histórico da situação da existência humana, da Grécia Antiga até a Europa Moderna. Arendt teve como meta no livro discutir as possibilidades da vida activa no mundo moderno. Ela define as três atividades - labor, trabalho e ação - e descreve quatro campos possíveis: o político, o social, o público e o privado. A autora então explica como os gregos antigos posicionavam cada atividade num destes campos, e critica o mundo moderno a partir deste ponto de vista

ACOMPANHE E COMPARTILHE A CAMPANHA ANA EM NOSSAS REDES SOCIAIS

-  www.anamovimento.blogspot.com.br
-  [Campanha ANA](#)
-  www.youtube.com/campanhaana
-  www.instagram.com/anamovimento
-  ana.movimento@gmail.com



REALIZAÇÃO



COFINANCIADOR



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é de exclusiva responsabilidade da Associação Barraca da Amizade e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia.